

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

Introdução, 1

1 Convenção de arbitragem, 5

- 1.1 Conceito de convenção de arbitragem, 5
- 1.2 Natureza jurídica da convenção de arbitragem, 10
- 1.3 As espécies da convenção de arbitragem, 15
 - 1.3.1 Cláusula compromissória, 15
 - 1.3.1.1 Cláusula compromissória e os contratos de adesão, 16
 - 1.3.1.2 Autonomia da cláusula compromissória, 18
 - 1.3.2 Compromisso arbitral, 21
 - 1.3.2.1 Elementos obrigatórios e facultativos do compromisso arbitral, 21
- 1.4 Formação da convenção de arbitragem, 29
 - 1.4.1 A liberdade como pressuposto do consentimento, 29
 - 1.4.2 Vícios do consentimento e a declaração de vontade para arbitrar, 33
 - 1.4.3 Princípios aplicáveis à arbitragem – fundamentos para a elaboração da convenção de arbitragem, 36
 - 1.4.4 Objeto lícito, possível e determinado ou determinável – arbitrabilidade objetiva, 41
 - 1.4.5 Agente capaz – arbitrabilidade subjetiva, 49

viii Convenção de arbitragem e processo arbitral • Guerrero

- 1.4.6 Forma prescrita ou não defesa em lei, 53
- 1.4.7 A formação dos contratos por correspondência: os contratos eletrônicos – a anuência via internet e seus reflexos na arbitragem, 56
- 1.5 Questões específicas sobre a estrutura e os limites da convenção de arbitragem, 60
 - 1.5.1 Relações societárias, 60
 - 1.5.2 Acordo de acionistas e cotistas – a vinculação da sociedade, 70
 - 1.5.3 Recuperação de empresas, falência e liquidações extrajudiciais, 75
 - 1.5.4 Relações de consumo, 79
 - 1.5.5 Direitos coletivos, 98
 - 1.5.6 A administração pública, 106
- 1.6 Convenção de arbitragem e a precisão do consentimento, 117
 - 1.6.1 Convenção de arbitragem patológica – cláusulas brancas ou vazias, 117
 - 1.6.2 Convenção de arbitragem combinada, 119

2 Efeitos da convenção de arbitragem, 121

- 2.1 Efeitos positivo e vinculante da convenção de arbitragem, 121
- 2.2 Efeito negativo da convenção de arbitragem, 125

3 Transmissão, extensão e extinção da convenção de arbitragem, 131

- 3.1 Transmissão e extensão da convenção de arbitragem, 131
 - 3.1.1 Grupo de sociedades, 132
 - 3.1.2 Grupo de contratos, 135
 - 3.1.3 Cessão de posição contratual, 139
 - 3.1.4 Intervenções na arbitragem, 143
 - 3.1.5 Convenção de arbitragem por referência, 146
- 3.2 Extinção da convenção de arbitragem, 148
 - 3.2.1 Extinção decorrente do contrato principal, 148
 - 3.2.2 Extinção própria da convenção de arbitragem e situações de subsistência da cláusula compromissória e extinção do compromisso (art. 12 da Lei de Arbitragem), 152

4 Conclusões – Convenção de arbitragem e processo arbitral, 155

Bibliografia, 161

Abreviações utilizadas

Ap.	Apelação
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CC	Código Civil Brasileiro
CCI	Câmara de Comércio Internacional
C.Co.	Código Comercial Brasileiro
CF/88	Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988
CJF	Conselho da Justiça Federal
CONSOB	Commissione Nazionale per le Società e la Borsa
Convenção de Montevidéu	Convenção Interamericana Sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, de 8 de maio de 1979, Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411, de 2 de dezembro de 1997
Convenção de Nova Iorque	Convenção Internacional Sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais, de 10 de junho de 1958, Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002
Convenção do Panamá	Convenção Interamericana Sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 30 de janeiro de 1975,